

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Sandra de Souza Ferreira Barbosa¹
André Luiz Garrido Barbosa²

Resumo: Este trabalho visa demonstrar a relação entre políticas públicas em Educação Física Escolar no Brasil em períodos que houve grandes mudanças na educação brasileira, e identificar o papel político-ideológico da Educação Física junto ao cotidiano da escola brasileira, focando em dois momentos distintos, no que tange a política e a economia adotadas pelo estado brasileiro. O primeiro momento refere-se ao “Estado Novo”, instaurado sob a ditadura de Getúlio Vargas (1937 a 1945). O segundo, diz respeito ao período que ficou conhecido como a “ditadura militar”, que se manteve por duas décadas neste país, tendo seu início em 1964. Os objetivos foram apontar o papel desempenhado pela Educação Física, enquanto disciplina escolar, atrelada as política do estado, nos períodos entre 1937-1945 e 1964-1985; e assinalar os aspectos semelhantes, bem como, os aspectos distintos e contraditórios expressos tanto na prática como na teoria da Educação Física, enquanto um dos instrumentos de manutenção e perpetuação do estado burguês. A metodologia utilizada se caracterizou pela pesquisa analítica, com base no referencial histórico, envolvendo análise e avaliação da literatura a partir de material constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e teses na área de Educação Física. As relações existentes entre as políticas públicas brasileiras e a prática da Educação Física escolar durante os períodos históricos estudado será uma relação pautada pela forte interferência do estado brasileiro, enquanto elemento legitimador, interventor e regulamentador no que concerne a prática da Educação Física no ambiente escolar.

Palavras- Chave: Políticas Públicas. Educação Física Escolar. História do Brasil República.

Public Politics in Physical Education: A Historical Analysis

Abstract: This statement certifies to demonstrate the relationship between the Public Politics in school Physical Education in Brazil, in periods which there were big changes in Brazilian Education. Identifying the political – ideologic paper in the Physical Education everyday at Brazilian school, focalizing in two distinct moments, according to the politics and economy, adapted by the Brazilian “State”. The first moment, refers to “New State”, established by Getúlio Vargas ditactorship (1937 to 1945). The second, concerning to the period that was known as “militar ditactorship”, that was kept for two decades in this country, beginning in 1964. Keeping the aim in showing the Physical Education paper, while school subject, tied to the government politics between 1937 – 1945 and 1964 – 1985. Pointing the similar aspects and the well defined and contradictory aspects as well, escpressed by the practice and the theory in the Physical Education, as one of the maintenance instruments and perpetuation of the burgess state. The used methodology characterized by

¹ **Licenciatura em Educação Física** Universidade Estácio de Sá (UNESA).

² **Bacharelado/Licenciatura em História** no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

the analytical research supported in the historical reference, involving literature analysis and appreciation from the composed material, mainly from books, newspapers articles and thesis in Physical Education area. There's a relationship between the Brazilian Public Politics and the school Physical Education practice during these historical periods studied and it will be a relationship ruled by the strong Brazilian "State" interference, as a legitimating element intervening and regulator, concerning about the Physical Education practice at the school environment.

Key Words: *Public Politics. School Physical Education. History of Brazil Republic.*

INTRODUÇÃO

Falar sobre a relação entre políticas públicas em Educação Física Escolar no Brasil é entre outras medidas, fazer um longo passeio pela História Política do país, principalmente durante o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1984), períodos em que houve grandes mudanças na Educação Brasileira.

Tal periodização cronológica se dá pelo fato desses momentos históricos serem emblemáticos para o entendimento da História do Brasil Contemporâneo e também por mostrarem uma intensa intervenção do Estado brasileiro na área das políticas públicas no que concerne Educação Física.³

A atuação da Educação Física no meio escolar reproduz um discurso acadêmico que vem predominando ao longo da história da Educação Física brasileira que se apóia num discurso tecnicista, extremamente mecanicista e positivista e que, portanto, acaba por servir de disciplina fundamental à manutenção das relações sociais de poder dominante (SAVIANI, 2006; COLETIVO, 1992).

Historicamente as ações como jogos escolares, organização de festas e desfiles comemorativos, por exemplo, têm garantido a presença da Educação Física na escola, mas mostram-se insuficientes para consolidá-la como um verdadeiro componente curricular (BARBOSA, 2001).

³ Esse intervencionismo estatal no campo educacional não será exclusivo da educação física nestes momentos históricos e sim fruto de um amplo processo de atuação do estado brasileiro no campo educacional. Para maiores detalhes sobre essa atuação estatal no campo educacional durante o Estado Novo (1937-1945) e em parte do período ditatorial militar (1964-1985). (Ver História da Educação no Brasil (1930/1973) de Otaíza Romanelli, Editora Vozes, 2001).

A implementação da prática da Educação Física enquanto disciplina e a sua relação com as políticas públicas brasileiras no campo educacional está inserida em um contexto histórico específico.

Segundo Betti (1991 apud DARIDO-SURAYA, 2003, p.1),

A inclusão da Educação Física oficialmente na escola ocorreu no Brasil ainda no século XIX, em 1851, com a reforma Couto Ferraz, embora a preocupação com a inclusão de exercícios físicos, na Europa, remonte ao século XVIII, com Guths Muths, J.J.Rousseau, Pestalozzi e outros.

Três anos após a aprovação da reforma do primário e do secundário, em 1854, a ginástica passou a ser uma disciplina obrigatória no primário e a dança no secundário. Em reforma realizada, a seguir, por Rui Barbosa, em 1882, houve uma recomendação para que a ginástica fosse obrigatória para ambos os sexos e que fosse oferecida para as Escolas Normais. Todavia, a implantação de fato destas leis ocorreu apenas em parte, no Rio de Janeiro (capital da República) e nas escolas militares. É apenas a partir da década de 1920 que vários estados da federação começam a realizar suas reformas educacionais e incluem a Educação Física, com o nome mais freqüente de ginástica.

A Educação Física enquanto disciplina escolar no Brasil está contextualizada em um referencial histórico que remete influências acadêmicas de matriz eurocêntrica. Apesar de historicamente a sua inserção enquanto disciplina está relacionada com os meados do século XIX, a sua efetivação está disseminada nas primeiras décadas do século XX, tendo como componente principal a associação da prática da Educação Física enquanto disciplina que prepara um novo homem mais forte, mais ágil e mais empreendedor e que procurava conhecer e dominar o corpo para que fosse utilizada de uma maneira eficiente. (OLIVEIRA MARINHO, 2004; BARBOSA, op. cit., 2001)

É de fácil percepção que a Educação Física no Brasil e a sua relação com as políticas públicas estão intrinsecamente ligadas na sua origem, partindo de uma iniciativa do poder público brasileiro em dar atenção a esta disciplina.

A iniciativa do governo imperial em estruturar a prática da Educação Física escolar no século XIX está inserida no próprio modelo de funcionamento Estado – Nação (ANDERSON s.d; HOBSBAWM,1984)desenvolvida no governo de D. Pedro II.

O modelo de desenvolvimento estatal presente no segundo reinado está vinculado a uma forma de Estado, centralizadora e hipertrofiada que controla os rumos da nação brasileira, diretamente da corte instalada na cidade do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1980; LINHARES; MATTOS, 1994; CALMON, 1937).

Com a abolição da escravatura e a posterior proclamação da república, a sociedade brasileira tomou novos rumos e a Educação Física sofreu constantes intervenções do governo republicano.

A educação brasileira, nessa época, estava vinculada ao esdrúxulo Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos! Todas as reformas educacionais, desde o começo da república, faziam referências à Educação Física. Merece destaque especial, na Educação Física Escolar, a presença do professor Artur Higgins,...., defensor do método sueco de ginástica... As ginásticas alemã e sueca sofreram, em 1921, um golpe fatal. Um decreto aprova o 'Regulamento de Instrução Física Militar', destinado a todas as armas e inspirado na ginástica natural francesa, veiculada pela Escola de Joinville-Le-Pont. No ano seguinte, uma portaria do ministro da Guerra institui o Centro Militar de Educação Física, destinado a "dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física e suas aplicações desportivas". Mas essa Portaria não chegou a vigorar. Isto só ocorreu sete anos mais tarde, com a criação do Curso Provisório de Educação Física, onde, além de oficiais, matricularam-se vários professores civis. (OLIVEIRA MARINHO, op.cit., 2004, p.56-57).

No que tange a Educação Física, a sua história no Brasil oferece subsídios que ajudam a entender como os professores de Educação Física atualmente reproduzem, em seu cotidiano, ideais e valores do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, períodos a partir do qual a atividade desenvolveu-se no país e foi grandemente influenciada pela chamada Medicina Higienista (OLIVEIRA MARINHO, op.cit., 2004; COLETIVO, op.cit.,1992; DARIDO, op.cit.,2003).

O higienismo surgiu no Brasil no século XIX, mas é no início do século XX que este movimento ganha força e é sistematizado, exercendo influência direta na educação moral, intelectual e física do povo brasileiro. Torna-se importante para o país no sentido de combater grandes surtos epidêmicos e doenças, que significavam graves riscos à população. (...) Procurando a constituição de uma sociedade com mais vigor, aumentando a sua reprodução e longevidade com um corpo saudável, ao contrário do tipo de indivíduo encontrado no período colonial, os médicos higienistas elegeram a Educação Física como meio para se alcançar tais objetivos. A sociedade deveria ser formada por um corpo saudável, que fosse útil e produtivo. Foi pela influência destes médicos que se introduziu a Ginástica nos Colégios a princípio para os homens, em seguida também para as mulheres, com alguma resistência. (LEANDRO, 2002. p. 16-17)

Ao longo do processo de construção da Educação brasileira, a Educação Física foi responsabilizada por cumprir papéis que eram pertinentes às determinadas épocas. Por exemplo, nas quatro primeiras décadas do século XX, foi marcante a influência dos Métodos Ginásticos⁴ e da Instituição Militar (OLIVEIRA MARINHO, op.cit., 2004).

⁴ Nas primeiras décadas do século XX, surgiram em diversos países Europeus (Áustria, Suécia, França e Alemanha), métodos ginásticos que tinham "finalidades essencialmente terapêuticas e com características

Com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o processo de normatização e intervenção do Estado Brasileiro na área da Educação Física escolar irá se acentuar graças ao novo tipo de governo que será instalado nas décadas de 1930/40 com o Estado Novo aonde encontramos a fundação da

Escola de Educação Física do exército, que permitia, também, a matrícula de professores civis. Até a criação desta última, encontramos apenas dois estabelecimentos especializados: as Escolas de Educação Física da Força Policial (São Paulo) e do Centro de Esportes da Marinha (Rio), esta última tendo sido a primeira a formar especialistas em Educação Física, em nível de praças (1925). A introdução do chamado método Francês é também, um fato marcante... Adotado nas Forças Armadas, a sua obrigatoriedade foi estendida à esfera escolar (1932), 'enquanto não for criado o Método Nacional de Educação Física'. O Regulamento de Educação Física da Escola Militar de Joinville-Le-Pont foi a bíblia da Educação Física Brasileira durante mais de duas décadas. As limitações conceituais do citado Regulamento ficam expressas quando, definindo Educação Física, rezava: 'A Educação Física Compreende o conjunto dos exercícios cuja prática racional e metódica é suscetível de fazer o homem atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento físico, compatível com a sua natureza' (Ibid., 2004.p.57-58).

Nesse período, a Educação Física era entendida como atividade exclusivamente prática, fato este que contribuiu para não diferenciá-la da instrução física militar. Outra função foi estabelecida pelo surgimento da educação higienista, a qual determina a Educação Física como meio de construção do homem saudável (OLIVEIRA MARINHO, 1987, 2004; COLETIVO, 1992; DARIDO, 2003).

O intervencionismo estatal aumentou com a implementação do Estado Novo e a Gestão do ministro Gustavo de Capanema, que criou a Divisão da Educação Física - DEF⁵, que atuava como uma espécie de departamento regulador das atividades relacionadas à Educação Física no Brasil (OLIVEIRA MARINHO, 1987).

A criação da DEF foi o primeiro fato marcante no processo de distanciamento da Educação Física das outras áreas da educação. Evidentemente, a implantação da Divisão já constituía uma ação estratégica vinculada ao processo de evolução no sentido da criação do Estado Novo, cujos ideólogos viam na Educação Física um auxiliar poderoso para o fortalecimento do Estado e um possante meio para o aprimoramento da raça, um dos pontos importantes do ideário (FARIA JUNIOR, 1987. p. 16).

quase sempre militares, definiu um perfil eminentemente anatômico e fisiológico para os sistemas de ginásticas". (Vitor Marinho de Oliveira. **O que é educação física**. Ed. Brasiliense, 2004.p.47.). Esses métodos de origem européia serão as principais influências para a prática da educação física no Brasil nas primeiras décadas do século XX, tendo como um dos principais expoentes desta prática o professor Arthur Higgins que lecionava no Distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro). (ibid.).

⁵ Gustavo Capanema, ministro do Estado Novo (1937-1945), iniciou uma reorganização do Ministério, que comportou a criação de uma Divisão da Educação Física - DEF -, subordinada ao Departamento Nacional de Educação, a quem caberia "... a administração das atividades relativas à Educação Física" (Brasil, Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937). (OLIVEIRA MARINHO, 1987).

A utilização pelo Estado Novo da Educação Física enquanto veículo legitimador do mesmo estava explícita no próprio destaque que esta atividade ganhava na constituição brasileira de 1937.

O artigo 131 destacava: **‘a Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência’** (ibid., 1987grifos nossos).

Outro momento histórico emblemático na História do Brasil a respeito das políticas públicas na área da Educação Física é aquele compreendido entre 1964/84, durante o regime ditatorial militar. Os sucessivos governos militares procuraram criar

procedimentos... orientados no sentido de dotar essa prática escolar de uma maior legitimidade acadêmica por meio de um amplo programa de massificação de seus conceitos e práticas, de maciços investimentos estatais em pesquisa nessa área, da necessidade de formação de especialistas mediante a expansão dos cursos de formação superior, e de um aparato legislativo que definia com rigor padrões de referência para a sua prática escolar. Para tanto, suas fontes principais são: a série total da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* (1968-1984), editada pela Divisão de Educação Física do MEC (OLIVEIRA TABORDA, 2002. p. 52).

O período ditatorial militar foi profundamente marcado pela reforma do ensino superior⁶, no qual, implantando-se um modelo de ensino superior inspirado nos EUA, houve uma fragmentação muito grande no saber acadêmico e um forte método tecnicista (CUNHA, sd; Ibid., 2002; SHIROMA, 2000; ROMANELLI, 2001).

Nos “anos de chumbo” da ditadura a ideologia do Estado era altamente repressiva e procurava controlar, através dos seus diversos aparelhos, o corpo, a mente e os atos dos cidadãos. Nesse contexto, a Educação Física enquanto componente curricular do sistema de ensino reproduziu esta lógica sufocante do regime militar.

Das práticas dedicadas à educação corporal, talvez a única acessível aos desassistidos, pelo menos os que vão à escola, seja a Educação Física. Paradoxalmente ao que o nome sugere não se trata de um trabalho de conscientização do corpo, mas, na maioria dos casos, uma prática de repressão corporal. Ninguém lhe dá muita atenção no momento, provavelmente porque atende aos interesses do Estado, sempre mais preocupado em alienar do que em conscientizar o cidadão. Para os homens que se julgam inteligentes – e que geralmente deixam seu corpo de lado – a Educação Física sempre cumprirá fielmente seu serviço subalterno de ajudar o sistema de ensino a inocular a bacilo da inconsciência no organismo da população. Da mesma forma como os homens não podem ver um potro selvagem sem atar-lhe cabresto e sela, tornando-o dócil e útil, os dirigentes dos homens temem seu movimento. São parecidos os dois: o potro e o movimento humano (FREIRE, 1987.p.53)

⁶ Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, e o decreto Lei nº 464 de 11 de fevereiro de 1969.

É preciso perceber como os Aparelhos Repressivos de Estado (os Órgãos Públicos, a Política, o Exército, os Tribunais, as Prisões, etc.) e também os Aparelhos Ideológicos de Estado (a Igreja, a Escola, a Família, os Esportes, etc.), se encontram a serviço de uma só classe (a burguesia). Veja-se o exemplo da Escola, onde o sistema educacional montado, apesar das periódicas reformas que se sucedem, garante sempre a transmissão hereditária do Poder e dos Privilégios dissimulando tudo muito bem, sob a aparência de uma suposta neutralidade. Outro exemplo marcante é quanto ao papel da Igreja Católica, exercendo grande influência na situação de submissão e dominação do povo em geral, em especial das camadas inferiores. (Ibid., p.59)

Independente do tipo governamental que estejamos falando (Império/República), o Brasil sendo uma Nação de cunho burguês, acaba por adotar em suas relações econômicas e produtivas práticas típicas das sociedades burguesas, aonde a utilização da força física, a energia física

transformava-se em força de trabalho e era vendida como mais uma mercadoria, pois era a única coisa que o trabalhador dispunha para oferecer no 'mercado' dessa chamada 'sociedade livre'.

Os exercícios físicos, então, passaram a ser entendidos como 'receita' e 'remédio'. Julgava-se que através deles, e sem mudar as condições materiais de vida a que estava sujeito o trabalhador daquela época, seria possível adquirir o corpo saudável, ágil e disciplinado exigido pela nova sociedade capitalista. É preciso ressaltar que, em relação às condições de vida e de trabalho, passado mais de um século, esse quadro pouco se alterou em países como o Brasil (COLETIVO DE AUTORES, op.cit. 1992, p.51).

A Educação Física surge de necessidades sociais concretas que, identificadas em diferentes momentos históricos, passa a dar origem a diferentes entendimentos do que dela conhecemos e correspondendo aos interesses da classe social hegemônica naquele período histórico, ou seja, a classe social que dirige política, intelectual e moralmente a sociedade. Portanto, a Educação Física enquanto prática social reflete as relações de classe da sociedade em que está inserida.

Sendo reflexo da sociedade e estando limitada ao contexto histórico-social em que é analisada, a Educação Física enquanto componente curricular de um sistema de ensino amplo e plural (privado ou público) acaba reproduzindo em seu cotidiano as relações sociais em que está subordinada.

Visto que a relação entre a política brasileira na área educacional e a inserção da Educação Física escolar enquanto disciplina pedagógica está relacionada em seus primórdios no contexto da segunda metade do século XIX, quais são os objetivos desta prática escolar que se faz presente ainda em nosso cotidiano?

Temos como ponto de partida deste estudo, identificar o papel político-ideológico da Educação Física junto ao cotidiano da escola brasileira. Nossa investigação estará focada em dois momentos distintos, no que tange a política e a economia, adotadas pelo Estado brasileiro. O primeiro momento refere-se ao “Estado Novo”, instaurado sob a ditadura de Getúlio Vargas (1937 a 1945). O segundo, diz respeito ao período que ficou conhecido como a “ditadura militar”, que se manteve por duas décadas neste país, tendo seu início em 1964.

Segundo o livro Coletivo de Autores (op.cit. 1992): a Educação Física tem

como objeto a reflexão sobre a cultura corporal, contribui para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos – a emancipação -, negando a dominação e submissão do homem pelo homem (Ibid., p.40).

Na obra citada anteriormente a própria definição do que é Educação Física escolar, perpassa a idéia de que esta disciplina atua como um componente pedagógico que ‘no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal’ (Ibid., p.50).

João Batista Freire (op.cit., 2006) afirma que a escola deve superar o discurso dicotômico entre corpo e mente como elementos distintos no processo de ensino aprendizagem, visto que:

Corpo e mente devem ser entendidos como componentes que integram um único organismo. Ambos devem ter assento na escola, não um (a mente) para aprender e o outro (o corpo) para transportar, mas ambos para se emancipar. Por causa dessa concepção de que a escola só deve mobilizar a mente, o corpo fica reduzido a um estorvo, que, quanto mais quieto estiver, menos atrapalhará. Fica difícil falar de Educação concreta na escola quando o corpo é considerado um intruso. (...) Sem viver concretamente corporalmente, as relações espaciais e temporais de que a cultura infantil é repleta, fica difícil falar em educação concreta, em conhecimento significativo, em formação para a autonomia e em democracia (Ibid., p.13-14).

A idéia geradora do trabalho refere-se às relações entre as políticas públicas e a prática da Educação Física escolar no Brasil durante o Estado Novo e Ditadura Militar (1964/84), através de uma revisão bibliográfica.

Neste trabalho procuraremos destacar dentro do recorte histórico proposto as seguintes discussões: Qual foi o papel do Estado brasileiro como elemento regulador e

normatizador em relação à prática da Educação Física no Brasil? Quais mudanças ocorreram na formação do trabalhador da Educação Física no intervalo histórico selecionado? Qual a importância do esporte, enquanto elemento legitimador da Educação Física no ambiente escolar daqueles períodos históricos?

Este estudo, portanto, tem como objetivo apontar o papel desempenhado pela Educação Física, enquanto disciplina escolar, atrelada a política do Estado, nos períodos entre 1937-1945 e 1964-1985. No sentido de satisfazer o objetivo apresentado apontaremos os aspectos semelhantes, bem como, os aspectos distintos e contraditórios expressos na prática e na teoria da Educação Física enquanto instrumentos de manutenção e perpetuação do Estado burguês.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A metodologia utilizada para a confecção deste trabalho foi caracterizada pela **pesquisa analítica** que, de acordo com Thomas e Nelson (2002), envolve o estudo e a avaliação de informações disponíveis, em uma tentativa de explicar fenômenos sociais, com base no referencial histórico.

É uma pesquisa de método **histórico-analítico** que tem como foco o “como” alguma coisa aconteceu e “por que” alguém fez alguma coisa. Neste sentido, o escritor tenta descobrir fatos que fornecerão mais significado e compreensão dos eventos passados, visando explicar e melhorar a compreensão da situação presente.

Apresenta também uma **revisão bibliográfica** porque envolve análise e avaliação da literatura elaborada a partir de material previamente publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e teses na área de Educação Física, acrescido de material disponibilizado na Internet produzido durante o período de 1937 a 1984. Desta forma, buscou-se realizar um breve levantamento histórico da Educação Física escolar, mapeando o caminho por ela percorrido, mostrando a intensa intervenção do Estado brasileiro na área das políticas públicas no que concerne a Educação Física.

ESTADO NOVO (1937-1945): A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O IDEÁRIO DE UM NOVO HOMEM.

No alvorecer da década de 1930 após uma guerra civil que opôs à oligarquia paulista, mineira e rio grandense, os paulistas são derrotados e Getúlio Vargas ascende ao poder máximo da república brasileira⁷ (BELLO, 1964; FAUSTO, 1971; SKIDMORE, 1970).

Após um longo governo provisório (1930-1937), Getúlio Vargas conseguiu se perpetuar no poder com um golpe de Estado elaborado com ajuda de lideranças civis – militares⁸ e implantou uma ditadura civil que foi conhecida na História como o Estado Novo (1937-45) (BELLO, 1964; Ibid., 1971 e 1970).

A ditadura implantada por Vargas na década de 1930 trouxe para o Brasil um modelo de Estado intervencionista, controlador e autoritário que estava sendo estruturado em nível mundial através das ditaduras de cunho nazi-fascistas européias (HOBSBAWM, 1995; NÉRÉ, 1975; CAMARGO, 1999).

Apesar da inspiração Hitlerista e Fascista de Mussolini o governo do Estado Novo não teve no Brasil os mesmos contornos extremistas (anti-semitismo exacerbado e belicismo) dos seus congêneres europeus (Ibid., 1975, 1995).

Como todo Estado autoritário propôs-se a uma missão reordenadora da sociedade. Fez largo recurso a instrumentos ideológicos de autojustificação. Produziu novos e reformulou antigos e conhecidos princípios e idéias para o desempenho de sua função integradora da sociedade. Sua ideologia envolveu, desse modo, uma complexa trama de modernizações e de tradições. (...)

Esta função reordenadora que o Estado Novo assumiu deveria desdobrar-se nos planos econômico, social, político e cultural. Seus ideólogos o anunciavam como inovador dos padrões de conduta e como saneador da desordem prevalecente no Estado Liberal que se esgotara em 1930. (...)

Foi para modificar aquele contexto que o Estado Novo, no dizer de seus ideólogos, assumiu o papel de direção e organização da sociedade. Autoelegeu-se o instrumento mais eficiente não só para reformular as bases da economia e da política, mas também para um indispensável refazer das mentalidades. (...)

Seu esforço transformador se prolongaria também, na implementação, em escala nacional, de uma política da educação e da saúde pública. A mente e o corpo seriam doravante cuidados por uma rede de escolas, de postos de saúde, de postos de alimentação básica (os SAPES) e de centros de civismo e de desportos (CABRAL, 1987. p. 74-76).

⁷ A “Revolução de 1930” pôs fim ao domínio paulista/mineiro (república do café-com-leite: 1894-1930) que vinha vigorando durante a república velha, permitindo a ascensão da oligarquia gaúcha ao poder através de Getúlio Vargas.

⁸ Este golpe foi facilitado pela conjuntura anticomunista que vigorava no Brasil, pela fracassada tentativa comunista de 1935 e pelo fraudulento plano Cohen (suposto plano descoberto por militares ligado a Vargas, no qual havia uma conspiração comunista no Brasil) (BELLO, 1964; FAUSTO, 1971; SKIDMORE, 1970).

Durante o Estado Novo a prática da Educação Física foi atrelada a dois componentes dominantes o futebol e a ginástica. O primeiro era o esporte das massas e levava a grande plebe para os estádios, o segundo foi utilizado inclusive como veículo de comunicação de massa, através do programa radiofônico: a hora da ginástica. (OLIVEIRA MARINHO, op.cit., 2004).

O governo Vargas se aproveitou dos vínculos entre essas categorias esportivas e as grandes massas e utilizou dessas práticas (futebol e ginástica) para se aproximar das massas, criando uma relação de comunicação através do rádio e de grandes eventos públicos nos estádios de futebol (Ibid., 2004; Ibid., 1987).

Em 1941 o governo Vargas criou as bases para a organização desportiva brasileira:

(...) instituindo o Conselho Nacional de Desportos, com o intuito de orientar, fiscalizar e incentivar a prática desportiva em todo o país, segundo citação de RAMOS (1974) '*... tornar os desportos cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão de cultura e energia nacionais...*'.

(...) Em 1941 cria o Conselho Nacional de Desportos e com a promulgação do Decreto Lei n.º 2.072 de 08 de março de 1940, tanto a Educação Física como a Educação Cívica e Moral passam a ser obrigatórias para todos os estudantes com até 21 anos de idade de todo o país, tendo a Educação Física como objetivo não só fortalecer a saúde das crianças e jovens como também torná-los resistentes, com corpos sólidos, ágeis e harmônicos, cabendo também à Educação Física hábitos e práticas higiênicas, prevenindo contra o acometimento de doenças, conservando assim o bem estar e a longevidade das pessoas (LEANDRO, 2002. p. 51-52)

A utilização do Desporto pelo Estado Novo como veículo de comunicação e veiculação entre as massas e como elemento de reprodução e disseminação dessas práticas desportivas pela Educação Física Escolar foi evidenciada através da promoção de inúmeras competições ou demonstrações esportivas realizadas durante esse período histórico e pela própria formação específica para a área do desporto desenvolvida pela Escola Nacional de Educação Física.

Durante o Estado Novo os desportos coletivos que faziam parte da proposta do Método Francês ganharam papel de destaque no cenário nacional, começa então toda uma campanha valorizando a prática desportiva. São realizados vários eventos neste sentido como por exemplo o I Campeonato Intercolegial de Educação Física realizado na cidade de Santos, em agosto de 1941, com a participação de 32 estabelecimentos de ensino de 29 cidades paulistas somando 1.690 estudantes-atleta.

Pela Portaria nº 68 de 6 de dezembro de 1943, o Governo cria a Comissão Técnica de organização Sindical e o Serviço de Recreação Operária, órgãos ligados ao Ministério do Trabalho, que tinham como objetivo gerir os benefícios para menores e adultos orientando a recreação no sentido de contribuir com o rendimento do trabalho nas fábricas, aumentando desta forma sua produção.

As atividades eram demonstrações de ginástica e competições de atletismo, natação basquetebol e voleibol. No ano seguinte realizou o II Campeonato Intercolegial, com a presença de 2.500 jovens. A Escola Nacional de Educação Física habilitava seus freqüentadores nas seguintes áreas: Educação Física, Técnico Desportivo, Treinamento e Massagem e também Medicina da Educação Física e Desportos. Com a criação desta escola, os estabelecimentos de ensino oficiais passaram a exigir o diploma de conclusão do curso de Magistério em Educação Física para os pleiteantes a professores.

Em Agosto deste mesmo ano houve em São Paulo o III Campeonato Colegial de Educação Física este, com disputas para ambos os sexos e com apresentações de atletismo, natação, ginástica, basquetebol e voleibol. Estes Campeonatos Intercolegiais foram realizados em todo o país. Houve também o Campeonato Colegial Brasileiro de Natação realizado nos anos de 1944 e 1945, os Campeonatos Ginásio-Colegial em 1944, os Jogos Metropolitanos Ginásio-Colegiais em 1945, entre tantas outras competições que eram revestidas de cerimonial cívico patriótico com profusão de bandeiras e demonstração de força pelos jovens (Ibid., 53-54).

O Estado Novo investiu na formação e na qualificação do profissional que atuava na área da Educação Física com a criação da:

Escola Nacional de Educação Física e Desportos, integrada à Universidade do Brasil (atual UFRJ). Entre os diversos cursos de formação de professores que surgiram nessa época, foi, inegavelmente, o mais importante. Teve o seu corpo docente treinado por médicos e professores. Estes últimos, egressos de um Curso de Emergência orientado didaticamente pela Escola de Educação Física do Exército (OLIVEIRA MARINHO, op. cit., 2004).

A Educação Física ganhou importância no Estado Novo com a estruturação de uma escola destinada à formação de profissionais para alavancar um projeto nacionalista. Esta prática intervencionista e reguladora do Estado brasileiro através desta política pública deixou claro o caráter de destaque que esta disciplina apresentaria no governo Vargas.

O quadro docente da Escola Nacional de Educação Física e Desportos era predominantemente ligado à prática higienista (médicos) e de ginástica (militar), demonstrando, então a forte presença destas tradições acadêmicas que vinham se mantendo na Educação Física brasileira desde a sua implantação no Brasil em meados do século XIX (OLIVEIRA MARINHO, op.cit., 1987, 2004; CASTELLANI, op.cit., 1994; FARIA JUNIOR, op.cit., 1987; CABRAL, op.cit., 1987).

A Educação Física, por ocasião da implantação do Estado Novo, passa a servir como instrumento ideológico, como, de resto, tudo que pudesse servir ao mesmo fim. Pela primeira vez, a Educação Física aparece explicitamente numa Carta Constitucional (1937). Instituiu-se a 'Juventude Brasileira', onde estavam inscritos compulsoriamente todos os estudantes. Foi um meio de divulgação do 'nacionalismo' que impregnava nossos governantes. Os 'centros cívicos' escolares foram subprodutos daquela 'Juventude'. Nesses centros, a prática da Educação Física e a participação em comemorações e desfiles 'cívicos' eram

fundamentais para a consolidação da ditadura instalada (OLIVEIRA MARINHO, op.cit., 2004).

A apropriação da Educação Física pelo Estado Novo como componente legitimador do regime Vargas foi vinculada pela divulgação de uma espécie de nacionalismo onde o cidadão e a juventude brasileira foram direcionados pelo governo, através da participação compulsória em eventos cívicos (desfiles e comemorações incentivados pelo Estado), e em associações estudantis ligadas a ditadura getulista (“Juventude Brasileira”) (OLIVEIRA MARINHO, op.cit., 2004; CABRAL, 1987)

O artigo 132 da Carta Outorgada de 37 previa a criação de uma organização que atuasse fora do âmbito escolar. Surge então a Juventude Brasileira (Brasil, Decreto – Lei nº 2072, de 8 de março de 1940), apresentando algumas características similares com as de outros países totalitários com a Hitlerjugend (Alemanha), Giovanni Italiane (Itália), Mocidade Comunista (URSS). A Juventude Brasileira objetivava o “enquadramento de toda a infância compreendida entre 7 e 11 anos de idade e toda a juventude incluída a idade de 11 a 18 anos” (id), com a inscrição obrigatória para matriculados em estabelecimentos de ensino oficiais ou fiscalizados, sendo facultativos para os não matriculados (...)

Dentre os meios propostos, apareciam a ginástica, os desportos e as formaturas, que consistiam em exercícios de concentração e deslocamento, que visavam à instalação da disciplina, do entusiasmo e da resistência. Assim, pode-se entender que tenha predominado a visão da formação voltada para o técnico em Educação Física em detrimento da formação do professor licenciado, como para as disciplinas do ensino secundário, pois: a atuação daquele profissional não ficaria adstrita ao ensino secundário; a Educação Física era vista como poderosa ferramenta auxiliar no fortalecimento do Estado e no aprimoramento da raça brasileira (...)

Esta visão norteou o delineamento do perfil do profissional de Educação Física da época, qualificado diferenciadamente dos demais profissionais do magistério, com menos exigências na entrada e no processo. Assim por exemplo, enquanto que para os candidatos ao ENEFD⁹ era exigido o curso secundário fundamental, aos candidatos à FNFI¹⁰ era reclamado o curso secundário complementar, que, pelo Decreto nº 19890/31, se destinava a preparar os candidatos ao curso superior. Estranha-se, pois a incoerência de denominar de superior o curso de Educação Física, e exigir dos candidatos o secundário fundamental e estabelecer dois anos como tempo de duração para o mesmo (FARIA JUNIOR, op.cit., 1987. p. 16-18).

O ponto máximo desta vinculação entre o Estado brasileiro e a Educação Física foi, como já citado brevemente acima, a criação da Divisão da Educação Física – DEF, ligado ao ministério da Educação e Saúde.

Esta Divisão seria a responsável por sistematizar e regulamentar a partir de então todo o processo de formação profissional cabendo também à DEF autorizar o funcionamento de outras escolas. Também era responsabilidade da DEF atuar

⁹ Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

¹⁰ Faculdade Nacional de Filosofia.

conjuntamente com a Juventude Brasileira – criada com o objetivo de promover a educação física, cívica e moral dos brasileiros dentro e fora da escola, para indivíduos dentro de uma faixa etária pré-determinada – e com a instalação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos - ENEFD, criada pelo Decreto Lei n.º 1.212, de 17 de abril de 1939 instalada em 01 de agosto do mesmo ano, adotaria o Método Francês e seria dirigida por um militar o Major Inácio de Freitas Rolim, formando assim a base de sustentação do projeto educacional proposto pelo Estado Novo (LEANDRO, op. cit., 2002, p. 32).

Evidentemente, a implantação da Divisão já constituía uma ação estratégica vinculada ao processo de evolução no sentido da criação do Estado Novo, cujos ideólogos viam na Educação Física um auxiliar poderoso para o fortalecimento do Estado e um possante meio para o aprimoramento da raça, um dos pontos importantes do ideário (FARIA JUNIOR, op.cit., 1987, p.16).

A utilização pelo Estado Novo da Educação Física enquanto veículo legitimador do mesmo também foi bem explícita no próprio destaque que esta atividade ganhou na constituição brasileira de 1937.

O artigo 131 destacava: ‘a Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência’ (Ibid., p.16)

Esse intervencionismo estatal através de suas diversas políticas públicas implementadas através dos órgãos governamentais ou legitimadas pela carta constitucional de 1937 deixou explícito a importância que o governo Vargas dava à prática da Educação Física como componente auxiliar na formação dos cidadãos brasileiros no Estado Novo e a sistematização dessa ligação através de dois elementos importantes: o esporte (futebol, ginástica, basquete, natação, atletismo, entre outros) e obrigatoriedade da Educação Física no ambiente escolar (OLIVEIRA MARINHO, op.cit., 1987, 2004; CASTELLANI, op.cit. 1994).

A reforma educacional realizada pelo ministro Gustavo Capanema Filho implementada pelo Decreto Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941 reafirmou o caráter regulador que o Estado brasileiro vinha exercendo no contexto do Estado Novo, pois, segundo Cantarino (1982 apud LEANDRO, op.cit., 2002, p.50):

...com o surgimento da Reforma Capanema, a Educação Física tornou-se uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, com a frequência de três sessões semanais para os alunos e duas para as alunas, no ensino secundário e no industrial e com o tempo das sessões entre 30 e 45 minutos de duração. As sessões de Educação Física para o sexo feminino seriam realizadas em classes exclusivamente femininas, como em todas as outras disciplinas, e a orientação das atividades físicas estariam de acordo com a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar...

Outro componente importante que o Estado Novo fez na Educação Física, como componente legitimador deste tipo de governo, foi a utilização desta prática social com a finalidade de promover a disciplina moral e o adestramento físico dos cidadãos, de maneira a prepará-lo para o cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação (Ibid., 1994).

Como componentes a destacar nesta relação entre o governo Vargas e utilização da Educação Física enquanto componente norteador de suas práticas ditatoriais estava a Militarização do corpo: Moralização do corpo pelo exercício físico, para exercer um controle eficaz e salutar sobre o mesmo¹¹ (Ibid., 1994; CABRAL, op. cit., 1987).

Outro importante componente seria o aprimoramento físico incorporado à raça brasileira através de uma política eugenista¹², onde as misturas raciais incentivadas pela política imigracionista de populações européias para o Brasil, somado ao esforço efetuado pelas autoridades na área de saúde pública, com o apoio das ciências médicas e da Educação Física¹³, iriam proporcionar a longo prazo um melhoramento racial no povo brasileiro¹⁴ (Ibid., 1987, 1994, KOIFMAN, sd):

Acredita-se então que era necessária para a construção da Pátria uma sociedade saudável e isto seria possível se as mulheres, futuras mães, fossem fortes e robustas, justificando-se então a necessidade de implantação da Educação Física para os homens e mulheres, sendo que no segundo caso, deveria se ter o cuidado de manter na mulher as suas formas feminis e as exigências para a maternidade futura, pois era a mulher que geraria os filhos da Pátria, o bom soldado e o elegante e civilizado cidadão, sendo a Educação Física da mulher integral, higiênica, plástica, contendo trabalhos manuais e jogos infantis, esportes e ginástica educativa (LEANDRO, op.cit., 2002. p. 18).

¹¹ Está idéia está vinculada a herança higienista presente na Educação Física brasileira desde a sua instalação (OLIVEIRA MARINHO, 1987, 1994; DARIDO, 2003; COLETIVO, 1992).

¹² Segundo Azevedo (1958 apud LEANDRO, 2002, p.18), que se utilizava do termo Eugenia e a definia como "... a ciência ou disciplina que tem por objetivo o estudo das medidas sociais – econômicas, sanitárias e educacionais que influenciam física e mentalmente o desenvolvimento das qualidades hereditárias dos indivíduos e, portanto, das gerações..." foi possível encontrar como definição etimológica de Eugenia a "... ciência que se ocupa com o estudo e cultivo de condições que tendem a melhorar as qualidades físicas e morais de gerações futuras (...)"

¹³ Nesse contexto a educação física era vista como uma ciência ligada à área da saúde, graças a tradição higienista presente no Brasil.

¹⁴ Durante o Estado Novo, diversos estudos foram redigidos com o objetivo de conhecer e elaborar meios de melhorar a qualidade racial do povo brasileiro (branqueamento), através das diversas ciências ligadas a medicina e aos estudos antropológicos. Sobre as discussões raciais e a política eugenista no Estado Novo ver: Estado Novo e Eugenia. Fábio Koifman. s/d. e CABRAL, Elza Borghi de Almeida. **O Homem novo no Estado Novo**. In Fundamentos Pedagógicos educação física. (OLIVEIRA, vitor marinho p.74-81.)

É importante mencionar também, a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho,¹⁵ que tinha como objetivo preparar uma mão-de-obra saudável e resistente para uma atuação eficaz no ambiente fabril (CASTELLANI, op.cit., 1994; COLETIVO, op.cit., 1992).

Poderíamos encerrar esta breve discussão a respeito da relação entre a Educação Física e o regime estadonovista com a seguinte reflexão:

A Educação Física fazia na época o discurso estadonovista, com três valores se destacando: integração (Rolim, 1941; Lyra, 1941; Peregrino Junior, 1941; Leão, 1942; Kelly, 1942), aperfeiçoamento da raça (Loyola, 1939; Barbosa, 1940; Lira, 1941; Rolim, 1941; Peregrino Junior, 1941; O'Reilly, 1943) e sentimento nacionalista (Rolim, 1941; Lyra, 1941; Leão, 1942; Kelly, 1942) (FARIA JUNIOR, 1987. P. 18).

Com o fim do Estado Novo, e a elaboração de uma nova carta magna, a Educação Física passou a ser vista como uma prática meramente educativa.

A formação acadêmica na Educação Física continuou a ser bastante diferenciada das demais faculdades, pois para essa exigia-se apenas o curso secundário e tinha a duração de dois anos, diferentemente de outras faculdades criadas na mesma época (Pedagogia, Filosofia e Letras) que tinham a duração de quatro anos.

A habilitação do profissional de Educação Física também era diferenciada dos demais cursos. Formavam-se profissionais nos seguintes níveis: técnicos, especialistas, monitores e professores.

Em 1945 o curso de Educação Física passou de 2 para 3 anos e em 1950 passou-se a exigir para a prestação do vestibular, o certificado de conclusão do curso clássico ou científico (CASTELLANI, 1994).

DITADURA MILITAR (1964-1984): A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NOS “ANOS DE CHUMBO”.

No dia 31 de março de 1964 um golpe de Estado iria abalar o Brasil e mudar o rumo da Nação. Após um conturbado governo que se manteve desde 1961, João Goulart foi

¹⁵ A fim de atender aos interesses da burguesia brasileira e preparar o trabalhador para o mundo do trabalho, a educação física iria ajudar no preparo físico da mão-de-obra que iria atuar nas fábricas desenvolvendo a saúde do proletário e conseqüentemente a sua capacidade de trabalho (CASTELLANI, 1994).

deposto do cargo de presidente do Brasil, por uma conspiração liderada por militares das forças armadas brasileiras (exército, marinha e aeronáutica) e lideranças civis ligadas a União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição ao governo.

O golpe de Estado que iria retirar do poder João Goulart, deu início a um processo histórico conhecido como ditadura militar, que perdurou por um período de 20 anos (1964/84). Neste período, os presidentes que governaram o Brasil estavam ligados as forças armadas brasileiras (GASPARI, 2002, 2003; HABERT, 1992; SKIDMORE, 1988).

Nos anos que se seguiram ao golpe, o regime que foi implementado no Brasil apresentou características autoritárias, extremamente repressivas contra qualquer forma de oposição e com forte presença do Estado enquanto elemento regulamentador e normatizador das relações econômico – sociais (Ibid., 2002, 2003; Ibid. 1992).

A educação brasileira sofreu mudanças significativas durante o regime ditatorial, principalmente através dos convênios assinados pelo ministério da educação e a *United States Agency for International Development* (MEC-USAID), que preconizava sobretudo a reforma do ensino superior no Brasil, com o objetivo de aproximá-lo do modelo universitário americano¹⁶. Também visava atender a demanda reprimida por mão-de-obra qualificada exigida pela burguesia brasileira, graças as mudanças no desenvolvimento industrial brasileiro que vinha ocorrendo desde a década de 1950 (ROMANELLI,2001).

A Educação Física enquanto disciplina universitária não poderia ficar de fora da reforma acadêmica implementada durante a ditadura militar. A formação do profissional de Educação Física sofreu alterações significativas com a incorporação das chamadas disciplinas pedagógicas¹⁷ no currículo dos cursos de formação de Professores de Educação Física (FARIA JUNIOR, op.cit., 1987) a partir de 1969.

Seguindo o espírito da reforma universitária que assolava o ensino superior no Brasil dos “anos de chumbo” foram adotados procedimentos que:

¹⁶ Essa aproximação entre o governo ditatorial brasileiro com o governo dos EUA estava relacionada com histórico da guerra fria, no qual os governantes militares estavam extremamente alinhados com o bloco capitalista liderado pelos EUA (ROMANELLI, 2001; GASPARI, 2002, 2003; NADINE, 1992; SKIDMORE, 1988).

¹⁷ “Em 1969, o CFE emite o Parecer nº 672/69 que fixou sem alterações profundas as matérias pedagógicas (Psicologia da Educação – Adolescência e Aprendizagem; Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau e Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado) Assim, a Resolução nº 9/69 do CFE, ao estabelecer o currículo mínimo para os cursos de formação de Professor de Educação Física, incluiu aquelas matérias pedagógicas, comuns a todas as licenciaturas” (FARIA JUNIOR, 1987. p. 23).

foram orientados no sentido de dotar essa prática escolar de uma maior legitimidade acadêmica por meio de um amplo programa de massificação de seus conceitos e práticas, de maciços investimentos estatais em pesquisa nessa área, da necessidade de formação de especialistas mediante a expansão dos cursos de formação superior, e de um aparato legislativo que definia com rigor padrões de referência para a sua prática escolar (OLIVEIRA TABORDA, op.cit., 2002. p. 51).

No início dos anos de 1980 uma discussão importante foi realizada no âmbito da formação do profissional de Educação Física. Tratava a respeito do currículo a ser adotado nos cursos de formação de professores de 1º e 2º graus. Após intensos debates realizados nos encontros patrocinados pela SEED/MEC¹⁸ no Rio de Janeiro (1977), Florianópolis (1981) e Curitiba (1983), chegou-se a um consenso a respeito do currículo mínimo que ficou dividido em quatro matérias (FARIA JUNIOR, op.cit., 1987):

- a) Conhecimento do Homem (ou do ser humano): Entendido como o conjunto de conhecimentos sobre o ser humano, durante todo o seu ciclo vital, no que concerne aos seus aspectos biológicos e psicológicos, bem como sua interação com o meio ambiente, em face da presença ou ausência de atividades de Educação Física.
- b) Conhecimento da Sociedade: Entendido como a compreensão da natureza sociológica das instituições, sistemas e processos com vistas a uma efetiva contribuição da Educação Física para o pleno desenvolvimento do indivíduo e da sociedade (...).
- c) Conhecimento filosófico: Compreendido como conhecimento filosófico, o resultado da reflexão sobre a realidade (...). O conhecimento filosófico deve consistir na articulação da práxis pedagógica com as teorias sobre o homem, a sociedade e a técnica.
- d) Conhecimento técnico: Entendido como o conjunto de conhecimentos e competências para planejar, executar, orientar e avaliar atividades da Educação Física, nos campos formal e não formal (Ibid.,p. 23).

É interessante perceber a tentativa de abarcar múltiplos ramos do saber como componente essencial para a formação do profissional de Educação Física. Nesse contexto dos anos de 1970 percebe-se claramente a tentativa de se desvincular a figura do profissional da Educação Física como um profissional meramente técnico¹⁹, e sim agregá-lo a uma postura mais humanista, que procurava inserir este profissional em um sentido mais amplo (sócio-político-filosófico). Aproximando, portanto este profissional da educação com as demais áreas do saber escolar (SAVIANI, op.cit., 1994, 2006; FARIA JUNIOR, op.cit., 1987; OLIVEIRA TABORDA, op.cit., 2002, 2004).

¹⁸MEC - Ministério da Educação e Cultura.

¹⁹ Técnico no sentido da tradicional ligação da educação física como uma ciência da área da saúde (promoção de saúde e conhecimento corporal).

Apesar dos avanços alcançados ainda durante a ditadura militar a respeito do currículo mínimo para a formação do professor de Educação Física, outra questão vinha à tona neste contexto, sendo muito debatida entre os meados dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980: a questão da formação generalista ou técnica do profissional de Educação Física.

Conceitua-se professor generalista como o profissional formado sob uma perspectiva humanística, possuidor de licenciatura plena em Educação Física, grau universitário que dá ao seu portador a faculdade de atuar tanto em sistemas de educação (pré – escola, ensino de 1º, 2º e 3º graus) quanto em não formais (clubes e associações, academias e instituições afins; programas, projetos, campanhas e eventos – públicos e/ou privados; condomínios; empresas; entidades comunitárias, etc.). Por especialista (habilitado, bacharel, etc.) tem sido entendido o profissional que se destaca a um ramo da Educação Física (desporto, dança, recreação, etc.) formado sob a ótica pragmatista e tecnicista, possuidor de um grau (médio – técnico ou superior, pleno ou curto – habilitado, bacharel, etc.) que lhe faculta a atuação em funções especializadas em sistemas formais ou não formais de educação (FARIA JUNIOR, op.cit.,1987 p. 26).

Assim, com a introdução da questão curricular, o debate a respeito da formação do profissional de Educação Física foi a tônica dos debates ocorridos nos diversos encontros promovidos pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) entre meados dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980. A relação dicotômica presente entre o profissional generalista e o profissional especialista tem dimensões que se desdobram além do papel exercido por um ou outro profissional no campo da Educação Física (OLIVEIRA TABORDA, op.cit., 2002, 2004; CASTELANI, op.cit., 1994; Ibid., 1987).

Essa relação dicotômica tem raízes históricas que extrapolam o contexto ditatorial estabelecido em 1964. É de fácil percepção que desde os seus primórdios no Brasil a prática da Educação Física tem como um dos seus componentes dominantes uma relação tecnicista com raízes na área da saúde (higienismo) e com os esportes de alto rendimento. Por outro lado percebe-se que a partir do Estado Novo, aonde teremos a presença de governos com forte presença regulatória, preocupados em expandir o sistema de ensino em uma sociedade que passava por um forte processo de urbanização e industrialização, a preocupação na formação de profissionais que pudessem exercer uma prática de Educação Física adequada ao ambiente escolar (OLIVEIRA TABORDA. op.cit., 2002, 2004; CASTELANI, op.cit., 1994; FARIA JUNIOR, op.cit., 1987).

O desdobramento dessa relação dicotômica estabelecida no âmbito da formação do profissional da Educação Física teve efeitos perversos na própria conceituação teórica e na

identidade desta disciplina, pois se coloca uma questão que é alvo de debates epistemológicos ainda hoje. Qual é o objeto da Educação Física? Ciência da saúde? Do desporto? Do social? Educacional? E o profissional da Educação Física? Deve ter uma formação mais generalista voltada para o ensino? Ou ter uma formação tecnicista e especializadora?²⁰

O presente estudo não visou buscar as respostas para essa importante questão metodológica²¹, e sim levantar as raízes históricas desta relação dual existente na formação do profissional que atua na área Educação Física (OLIVEIRA TABORDA, op.cit., 2002, 2004; MELO, 1999; CASTELANI,op.cit., 1994; FARIA JUNIOR,op.cit., 1987).

Durante a ditadura militar o Estado militarista instituído a partir de 1964 agiu de maneira intransigente e autoritária em diversos setores da vida pública brasileira. Agindo de maneira intervencionista e reguladora o aparato estatal procurou desenvolver ou sistematizar:

um conjunto de questões atinentes à relação entre as políticas governamentais e a reorganização da educação física escolar, a saber: a educação física e o desenvolvimento brasileiro; o discurso “cientificista” na educação física; a educação física escolar transformada em treino esportivo; educação física, autoritarismo e controle social, e ainda, o papel dos professores de educação física (OLIVEIRA TABORDA, op. cit., 2004. p. 10).

Seguindo uma prática que é comum a regimes ditatoriais, os governos militares exacerbaram a ligação atinente entre a Educação Física Escolar o e treinamento esportivo, tentando transformar a escola em uma espécie de laboratório que iria revelar futuros talentos para a Nação e incentivar a competitividade entre os cidadãos, contribuindo para

²⁰ Desde a chegada das teorias críticas educacionais à área de educação física no Brasil na década de 1980, seus pesquisadores têm afirmado que ela se encontra em crise (MEDINA, 1983; CARMO, 1985; GUIRALDELLI JR, 1988; MARIZ DE OLIVEIRA, 1988; BRACHT, 1992; TANI, 1998). Mais notadamente no âmbito escolar, a educação física tem sido considerada como uma disciplina sem um lugar muito claro na escola. Muitos pesquisadores caracterizam-na como uma atividade sem legitimidade (BRACHT, 1992), sem função social (BETTI, 1991; COLETIVO DE AUTORES, 1992), sem função política (GUIRALDELLI JR, 1988) e até mesmo sem função educativa (MARIZ DE OLIVEIRA, 1988) no interior da escola. Todos esses estudos caracterizam-se por uma visão estrutural extremamente ampla e um tanto arbitrária: a educação física estaria em crise porque – dentre outras razões – o governo autoritário instalado no Brasil após 1964, na tentativa de consolidar sua ideologia, fez uso das atividades desportivas (e da educação física em geral) com a finalidade de anestesiar a consciência e amainar a participação popular nos processos reivindicatórios e decisórios. Então, teria o governo produzido e divulgado certa abordagem de educação física que se consolidou de forma incontestável, sem que os profissionais da área pudessem contrapor-se às suas medidas arbitrárias e autoritárias (OLIVEIRA TABORDA, 2002.p. 55-56).

reproduzir a lógica competitiva da sociedade capitalista no Brasil (OLIVEIRA TABORDA, 2002, 2004; CASTELLANI, 1994).

(...) a educação física escolar foi conformada de forma autoritária pelo Estado no Brasil, a partir das reformas educacionais de 1968 (Lei 5.540) e 1971 (Lei 5.692 e decreto 69.450). (...) no interesse do desenvolvimento de um maior grau de eficiência produtiva no mundo do trabalho e, pressupondo a importância da educação escolarizada para se atingir este fim, a tecnicização do ensino patrocinada pelo governo teria como premissa básica a disciplinarização, a normatização, o alto rendimento e a eficácia pedagógica. Esse pressuposto seria orientado pelo alinhamento do país a uma ordem mundial calcada no desenvolvimento associado ao capital internacional, mais explicitamente, ao norte-americano.

(...) Para a educação física escolar a Lei 5.692/71 reserva, em seu artigo 7º, um espaço de obrigatoriedade nos currículos escolares. Essa obrigatoriedade foi regulamentada com o Decreto 69.450/71, que impôs padrões de referência para a prática de educação física no interior da escola, caracterizada como atividade, ainda que a educação física passasse a ter todos os pressupostos característicos da configuração de uma disciplina escolar (CHERVEL, 1990).

(...) o esporte, aliado à interferência governamental no desenvolvimento da educação física escolar, tornava-se referência praticamente exclusiva para a prática de atividades corporais no plano mundial, seja dentro ou fora da escola. Isso teria ocorrido, em parte, porque numa certa perspectiva o esporte codificado, normatizado e institucionalizado pode responder de forma bastante significativa aos anseios de controle por parte do poder, uma vez que tende a padronizar a ação dos agentes educacionais, tanto do professor quanto do aluno; noutra, porque o esporte se afirmava como fenômeno cultural de massa contemporâneo e universal, afirmando-se, portanto, como possibilidade educacional privilegiada. Assim, o conjunto de práticas corporais passíveis de serem abordadas e desenvolvidas no interior da escola resumiu-se à prática de algumas modalidades esportivas. As práticas escolares de educação física passaram a ter como fundamento primeiro a técnica esportiva, o gesto técnico, a repetição, enfim, a redução das possibilidades corporais a algumas poucas técnicas estereotipadas (Ibid., 2002. p. 53).

Outro elemento importante foi o de controle social exercido pela ditadura e que foi disseminado através de veículos de comunicação (rádio, televisão e jornais), órgãos oficiais do governo ou através de publicações como a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, produzida e publicada pelo Ministério da Educação (MEC):

(...) dada a essência de um regime autoritário, a educação física no Brasil também foi pensada numa perspectiva de controle social. A revista é clara neste sentido, quando veicula textos de autoridades e órgãos do governo. Até mesmo pesquisadores e professores assumem um tom de um moralismo absoluto, ao imputar à “modernidade” e à industrialização as mazelas da juventude. A educação física confundia-se com a formação moral. Mas prevaleceu a antítese dessa vertente. Ou seja, o esporte foi a coroação de um mundo de competição, concorrência, liberdade, vitória, consagração. Sugerido de forma exclusiva pelos

²¹ A respeito da discussão sobre o papel da educação física e a identidade do profissional desta área do conhecimento ver: OLIVEIRA TABORDA, 2002, 2004; MELO 1999; OLIVEIRA MARINHO, 2004; COLETIVO, 1992; BARBOSA. 2001; CASTELLANI, 1994; FARIA JUNIOR, 1987.

órgãos oficiais para a educação física escolar, ele carregava toda a simbologia de um mundo de lutadores e vencedores. (...) desse sincretismo entre controle e liberdade, “humanismo” e “tecnicismo”, alimentava-se a educação física brasileira, quiçá mundial (Ibid., 2004. p. 13).

Apesar das diversas interferências, regulamentações e imposições do regime militar (1964/84) no campo das políticas públicas na área da Educação Física Escolar no Brasil deve-se considerar que o campo de atuação dos governos militares tinha suas limitações e dependia do consenso, consentimento e apropriações que os agentes sociais realizavam ao terem contato com as diretrizes governamentais.

(...) a menos que houvesse o consentimento dos diversos agentes sociais, as políticas educacionais não teriam condições de consolidar-se no interior das escolas. Até por que a escola pode desenvolver uma dinâmica própria de organização que sem dúvida, relaciona-se com o plano cultural mais amplo, mas que interage com ele para manifestar-se e para autogerir-se. Assim, não podemos falar genericamente de uma conformação do sistema educacional pelo Estado autoritário. Primeiramente, então, prefiro caracterizar as iniciativas oficiais como sendo “do governo” e não “do Estado”. Mas, apesar da influência governamental, ainda assim, no caso da renovação da educação física brasileira, a sua corporação de especialistas ajudou a conformar o sistema educacional, mormente no que se refere às práticas escolares. Da tensão entre o “imposto” pela via legal e aquilo que foi assimilado e produzido por parcelas da sociedade, emergia a prática cotidiana dos educadores escolares (Ibid., 2002. p. 71).

O consentimento, resistência ou passividade dos agentes educacionais durante a ditadura militar, mediante as imposições feitas pela burocracia estatal, através dos seus diversos agentes burocráticos, estava condicionada à práxis cotidiana da Educação Física Escolar e ao comprometimento político e ideológico de cada professor.

CONCLUSÃO

As relações existentes entre as políticas públicas brasileiras e a prática da Educação Física escolar durante os períodos históricos de 1937-1945 e 1964-1985 foi uma relação pautada pela forte interferência do Estado brasileiro, enquanto elemento legitimador, interventor e regulamentador no que concerne a prática da Educação Física no ambiente escolar.

Deve-se considerar que as políticas públicas para a Educação Física Escolar nos respectivos períodos históricos estudados estariam limitados ao contexto histórico ditatorial que o Brasil vivia. Percebe-se também uma tentativa de controle social efetuada pelo

Estado brasileiro através dos seus órgãos reguladores e a utilização da Educação Física enquanto instrumento de controle sobre o corpo.

Outra percepção que se faz clara é a tentativa de utilização da Educação Física Escolar como elemento legitimador dos regimes ditatoriais, por parte, do Estado brasileiro, procurando criar aproximações, vinculações e apropriações da Educação Física Escolar enquanto prática social - científica, através de expedientes políticos que legitimassem os governos ditatoriais estudados.

Apesar das diversas interferências, regulamentações e imposições dos regimes ditatoriais estudados no presente trabalho, no que concernem às políticas públicas na área da Educação Física Escolar no Brasil, deve-se considerar que o campo de atuação destes agentes político-estatais, apresentava suas limitações e dependiam do consenso, consentimento, apropriações e re-significações que os agentes histórico-sociais realizavam ao terem contato com as diretrizes governamentais impostas pelo Estado brasileiro.

Sugerimos que sejam realizadas pesquisas que procurem descobrir como os professores aplicavam em seu cotidiano as diretrizes educacionais na área da Educação Física escolar.

A importância de novas pesquisas nesse campo de estudo tem como principal função entender como os profissionais da Educação Física se apropriavam, negavam ou re-significavam as diretrizes governamentais em sua prática escolar no contexto histórico estudado.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática. s.d.

BARBOSA, Cláudio L. de Alvarenga. **Educação física escolar: as representações sociais**. -Rio de Janeiro: Shape, 2001.

BELLO, José Maria. **História da república (1889 – 1943)**. São Paulo: Cia. ed. Nacional, 1964.

CAMARGO, Aspásia. **Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático.** In: PANDOLFi, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CABRAL, Elza Borghi de Almeida. **O Homem novo no estado novo.** In Fundamentos Pedagógicos educação física. Oliveira, Vitor Marinho, ano 1987, p.74-81.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil.** Espírito da Sociedade imperial. São Paulo: C. E. Nacional. 1937.

_____. **História de civilização brasileira.** 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 304p.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem.** A elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus. 1980.

_____. **Teatro das sombras:** a política imperial. São Paulo: Vértice. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil:** A história que não se conta. 4ª Edição. Campinas, SP - Papirus, 1994.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, estado e democracia no Brasil.** São Paulo, Cortez. s.d.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola:** questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p.1.

FARIA JUNIOR, Alfredo G. de. **O Homem ou, o homem, a sociedade e a educação.** In; fundamentos pedagógicos educação física. Oliveira, Vitor Marinho, 1987. p.14-29.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 30.** São Paulo: Brasiliense, 1971.

FREIRE, João Batista. **Rumo ao universo... do corpo.** In: fundamentos pedagógicos educação física. Oliveira, Vitor Marinho, 1987. p.53-59.

_____ **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física.** São Paulo: Scipione, 2006. p.13-14.

OLIVEIRA, Vitor Marinho (Org.). **Fundamentos pedagógicos educação física.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987. p.53-59.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____ **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HABERT, Nadini. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira.** São Paulo: Ática, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

_____ **A era dos extremos: o breve século XX.** São Paulo, ed. companhia das letras, 1995.

KOIFMAN, Fábio. **Estado novo e eugenia.** Disponibilizado em: [http://WWW.anpuh.uepg.br/XXiii-Simposio/anais/textos/FABIO% 20 KOIFMAN.pdf](http://WWW.anpuh.uepg.br/XXiii-Simposio/anais/textos/FABIO%20KOIFMAN.pdf). acesso em 09 de abril de 2009.

LEANDRO, Marcilene Rosa. **Educação física no Brasil: Uma História Política.** Disponibilizado em: [http:// www.webartigos.com/articles/3097/1/educaçãofísica-no-brasil-uma-história-política/página1 htm](http://www.webartigos.com/articles/3097/1/educaçãofísica-no-brasil-uma-história-política/página1.htm), 2002. - acesso em 16/04/2009.

LINHARES, Maria Yeda. (Org.) **História geral do Brasil.** São Paulo: Ed. Campus. 2ª Tiragem. S/data.

MATTOS, Ilmar R. de. **O tempo Saquarema.** Rio de Janeiro: Access. 1994. 3.ed.

MELO, Victor Andrade de. **História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas.**São Paulo: IBRASA,1999.

MOTA, Sílvia. **Trabalhos acadêmicos: Metodologia e apresentação gráfica/Silvia Mota-**Rio de Janeiro, 2006.

NÉRÉ, Jacques. **História contemporânea.** São Paulo: Difel, 1975.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de.**Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia.** Faculdade de educação da Universidade de São Paulo. *revedu@edu.usp.br*,2002.Acesso em:28 de março 2009.

_____ Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Porto Alegre, 2004. v.25,n.2,p.9-20, jan.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de, 1943 - **O que é Educação Física/Vitor Marinho de Oliveira.** -São Paulo: Brasiliense, 2004. - (Coleção Primeiros passos; 79)

PATACO, Vera Lucia Paracampos. **Metodologia para trabalhos acadêmicos e normas de apresentação gráficas/Vera Lúcia Paracampos Pataco, Magda Maria Ventura, Érica dos Santos Resende.** -4. ed.-Rio de Janeiro:LTC,2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** Rio de Janeiro: Editora Vozes. 25. ed, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política/ Dermeval Saviani – 38. ed.-Campinas,SP:Autores Associados,2006(Coleção Polêmicas do Nosso Tempo;vol.5).**

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico.** Campinas: Autores Associados, 1994.p.142.

SHIROMA, Eneida Oto; et. Al. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2000. p.30-35.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____ **Brasil:** de Castelo a Tancredo (1964-1985). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 3ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2002.

Contatos dos Autores:

Data de Submissão: 21/01/2010

sandra.ferr@hotmail.com

Data de Aprovação: 13/06/2010

garrido-andre@hotmail.com